

A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL E O IMPACTO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

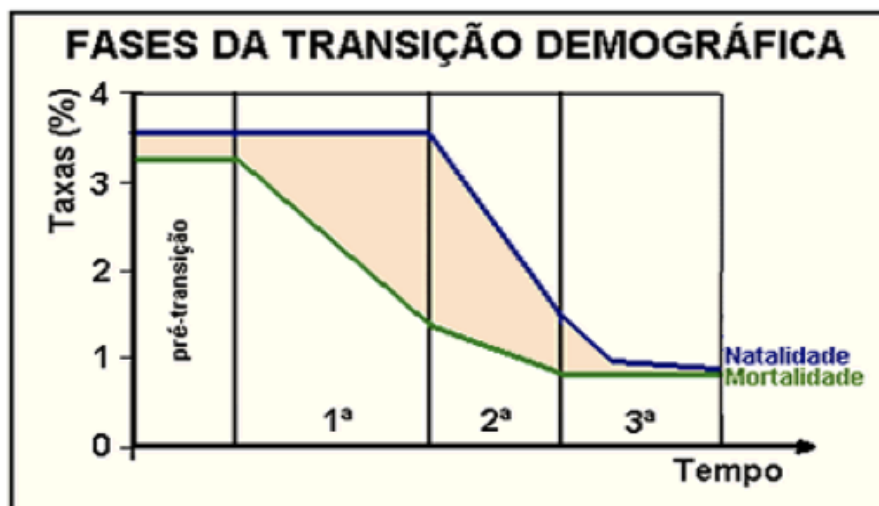
Alexandre Vasconcelos de Lima¹

Júlio Konrad²

Contextualização

O conceito de transição demográfica foi formulado à luz da relação entre o crescimento populacional e o desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico e o processo de modernização das sociedades atuam como forças motrizes de mudanças na dinâmica dos quantitativos demográficos de uma população. Essas mudanças podem ser percebidas em quatro momentos no tempo: pré-transição, 1ª fase da transição, 2ª fase da transição e, finalmente, 3ª fase da transição demográfica.

Figura 1 - Fases da transição demográfica a luz das taxas de natalidade e mortalidade.



Fonte: Núcleo de Estudos Populacionais da Universidade de Brasília.

¹ Possui graduação em Estatística pela UnB, especialização em Matemática e Estatística pela UFLA, MBA em Finanças pelo IBMEC e em Business Analytics pela FGV. Atualmente é mestrando em Economia pelo IDP e especialista em negócios da Caixa Seguradora.

² Possui graduação em Relações Internacionais pela UnB e MBA em Gestão de Negócios pela ESALQ/USP. Atualmente é Assistente Administrativo na BB Seguridade e mestrando em Economia pelo IDP.

A fase chamada de pré-transição é caracterizada por uma sociedade agrária pouco desenvolvida e combina altas taxas de natalidade e também elevadas taxas de mortalidade, onde a população cresce, mas em ritmo lento e sustentável. O gatilho da transição demográfica acontece na primeira fase, quando a urbanização e a introdução de tecnologias de saneamento levam a uma queda drástica nas taxas de mortalidade sem afetar os índices de natalidade.

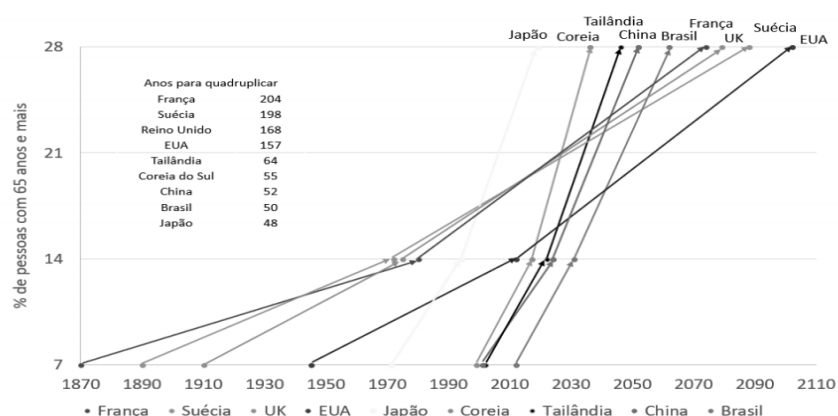
Essa enorme diferença entre as taxas de Natalidade e Mortalidade, que se torna estável ao fim da terceira fase, cria um enorme contingente populacional jovem, a que damos o nome de Bônus Demográfico.

O período de bônus demográfico é a época em que a maioria dos países se industrializaram, uma vez que o vasto contingente de mão de obra e o baixo custo de seguridade social permitem a geração de constantes superávits econômicos sem que estes estejam atrelados a políticas sociais obrigatórias.

Ao final desse período espera-se que a sociedade em questão tenha alcançado um estágio de equilíbrio econômico e social suficiente para que uma sociedade, agora com um vasto contingente de pessoas idosas, tenha condições de arcar com os custos da velhice dessa população por uma parcela pequena e decrescente de jovens.

Em virtude das mudanças demográficas, países têm realizados reformas previdenciárias visando implementar maior sustentabilidade dos seus sistemas de seguridade social e equilibrar as contas públicas frente aos crescentes déficits atuarias dos regimes públicos de aposentadoria. Uma das principais mudanças é a de estabelecer uma idade mínima para aposentadoria, para que assim, seja estendido o período de contribuição de adultos em idade ativa e também, o montante total pago ao aposentado se equilibra aos novos índices de expectativa de vida ao se aposentar.

Gráfico 1 - Passagem da proporção de pessoas idosas de 7% para 14% e para 28% da população total em países selecionados.



Fonte: UN/DESA, World Population Prospects.

Esse fenômeno, de envelhecimento da população, não é restrito a países em desenvolvimento, como apresentado no gráfico acima. Contudo, a rapidez dessa mudança não é semelhante para todos os países. O Brasil, nesse sentido, é parecido com os países asiáticos Japão, China e Coréia do Sul, onde é visto um rápido processo de envelhecimento e o percentual de pessoas com mais de 65 anos têm aumento de forma exponencial.

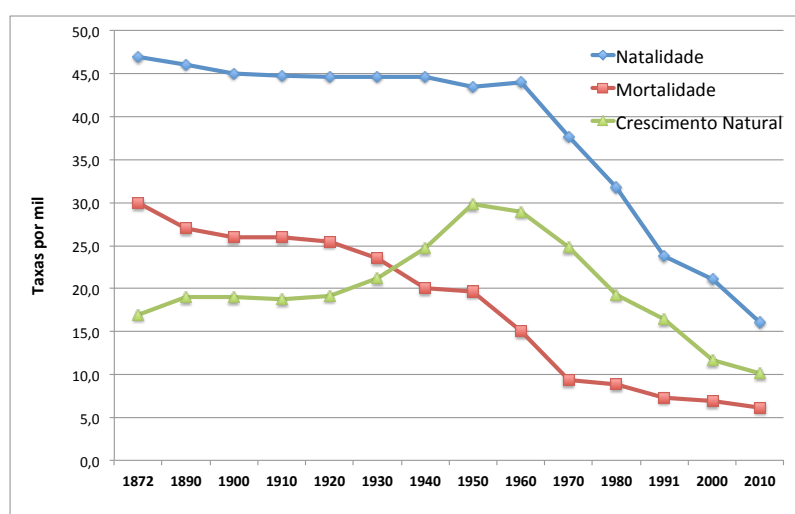
Assim, no Brasil, nos encontramos em um estágio da pirâmide etária muito semelhante ao de países já desenvolvidos, com Produto Interno Bruto per capita maior, renda média das famílias superior, e até mesmo taxas de poupança privada maiores.

Esses fatores põem em xeque a tese de uma reforma suave corrigir as falhas orçamentárias verificadas, gerando assim uma “geração perdida”, quando a população um dia ativa, e agora em vias de aposentadoria, estará desamparada pela impossibilidade de sustento dessas pelos entrantes no mercado de trabalho.

População Brasileira

A população brasileira atingiu, no último Censo Demográfico, 191 milhões de pessoas. Contudo, analisando as séries históricas nota-se comportamento distinto entre as curvas de natalidade e mortalidade. Enquanto as taxas de mortalidade tiveram uma queda mais acentuada até 1970 e depois a redução é mais lenta, a natalidade se manteve em 45 nascimentos por 1000 habitantes até meados de 1960, tendo após desse um rápido declínio até chegar a aproximadamente 15 nascimentos por mil habitantes em 2010. Dessa forma, o crescimento natural teve um ápice nos anos 50 e 60, apresentando, após esse período, queda expressiva.

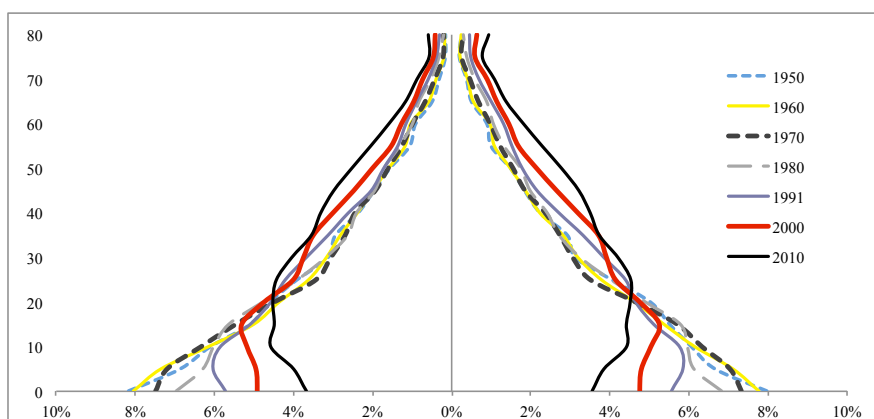
Gráfico 2 – Taxas de natalidade e mortalidade no Brasil e crescimento natural,1872-2010.



Fonte: IBGE, Séries históricas.

As pirâmides etárias mostram uma redução da base, população mais jovem, e um envelhecimento da população, com o topo ficando mais largo. Como exemplo, nota-se que os recém-nascidos, em 1950, representavam cerca de 8% da população e, atualmente, representam menos de 4%, evidenciando uma redução pela metade no percentual.

Gráfico 3 - Pirâmides etárias brasileiras. Brasil, 1950-2010.



Fonte: IBGE: Censos demográficos.

Em consequência dessas alterações, é observado um aumento na população em idade ativa, ou seja, entre 15 e 59/64 anos (mulheres/homens). Tendo mais pessoas em idade para trabalhar e sustentar os idosos e as crianças. Esse período, onde há muita mão-de-obra disponível no país, é conhecido como “bônus demográfico”.

Previdência Social

A tabela abaixo apresenta os gastos, entre os anos de 2004 e 2017, com o regime geral da previdência social (RGPS). Observa-se que o saldo é negativo em todo o período, ou seja, a arrecadação é menor que os benefícios. Essa diferença representa 3% do PIB. Ressalta-se, ainda, que na tabela não estão considerados todos os gastos com seguridade social e estão ausentes do cálculo os servidores públicos

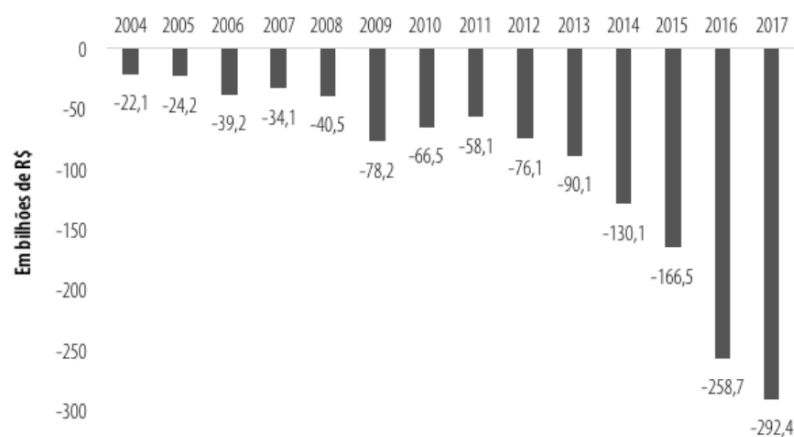
Tabela 1 – Resultado da previdência social no Brasil. 2004-2017.

Ano	Em bilhões de reais			Em % PIB		
	Arrecadação	Benefícios	Saldo	Arrecadação	Benefícios	Saldo
2004	93,8	125,8	-32,0	4,8	6,4	1,6
2005	108,4	146,0	-37,6	5,0	6,7	1,7
2006	123,5	165,6	-42,1	5,1	6,9	1,8
2007	140,4	185,3	-44,9	5,2	6,8	1,6
2008	163,4	199,6	-36,2	5,3	6,4	1,1
2009	182,0	224,9	-42,9	5,5	6,7	1,2
2010	212,0	254,9	-42,9	5,5	6,6	1,1
2011	245,9	281,4	-35,5	5,6	6,4	0,8
2012	275,8	316,6	-40,8	5,7	6,6	0,9
2013	307,1	357,0	-49,9	5,8	6,7	0,9
2014	337,5	394,2	-56,7	5,9	6,9	1,0
2015	350,3	436,1	-85,8	5,9	7,4	1,5
2016	364,0	515,9	-151,9	5,8	8,2	2,4
2017	374,8	557,2	-182,4	5,7	8,5	2,8

Fonte: Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.

Quando considerado todas as despesas da seguridade social, como aposentadoria, pensão, benefícios assistenciais e de acidentes do INSS e dos servidores públicos da União, o país tem um gasto de cerca de 13% do PIB. Esse percentual é elevado, pois a média dos países da OCDE é de 12,4%. Contudo, esses países já possuem uma população envelhecida, diferente do Brasil que ainda é um país jovem. (Barbosa Filho e Ottoni, 2017).

Gráfico 1 – Déficit da seguridade social. Brasil, 2004-2017.

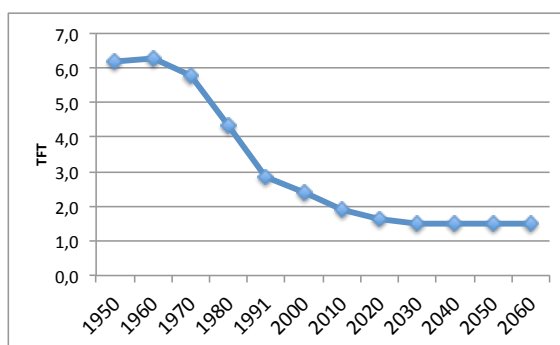


Fonte: Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.

Projeções Populacionais

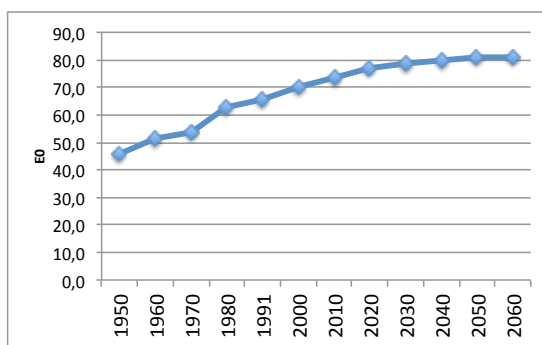
Considerando as hipóteses do IBGE para a taxa de fecundidade e a expectativa de vida ao nascer, representadas pelos gráficos abaixo, foi possível realizar projeções para a população brasileira e sua estrutura demográfica.

Gráfico 2 - Projeções para taxa de fecundidade total.



Fonte: IBGE, séries históricas e projeções.

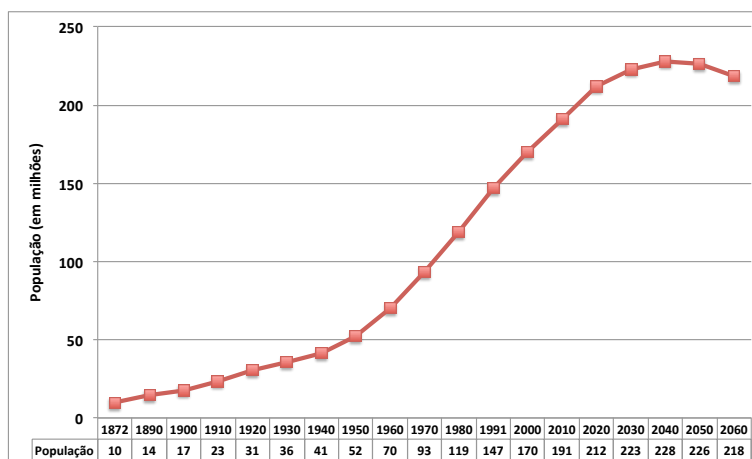
Gráfico 3 – Projeções para a expectativa de vida ao nascer.



Fonte: IBGE, séries históricas e projeções.

O Brasil apresentou altas taxas de crescimento, tendo um aumento populacional significativo até 2010. Contudo, considerando a queda na taxa de fecundidade, é esperado um ponto de inflexão na curva de crescimento, a partir de 2020. A população atingiria 228 milhões em 2040 e, após, deve iniciar trajetória descendente.

Gráfico 4 – Projeção populacional. Brasil, 1872-2060.

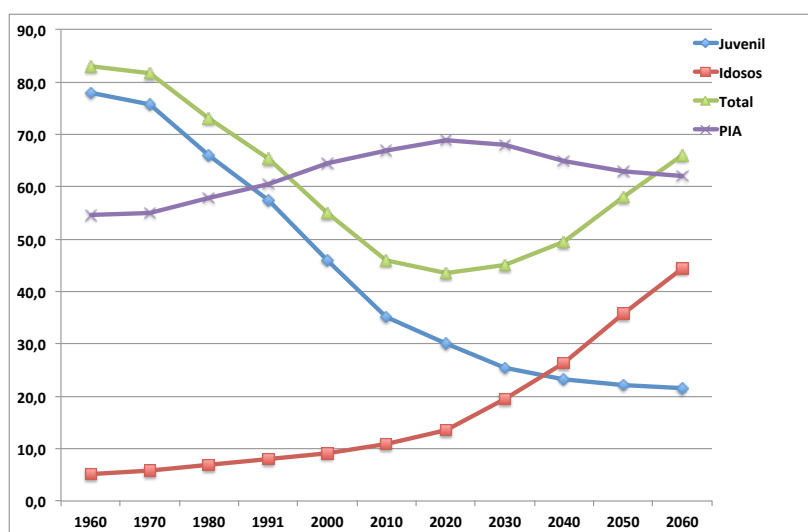


Fonte: IBGE, Censo e projeções populacionais.

Considerando essa mudança na estrutura etária da população, nota-se um expressivo aumento na razão de dependência da população idosa. Em 2060, é esperado haver mais jovens e idosos do que pessoas em idade ativa. Ou seja, haveria mais pessoas dependendo da renda gerada por outrem do que pessoas potencialmente produzindo para a economia do país.

Essa alteração impacta significativamente a previdência social. Portanto, se o déficit da previdência está em patamar elevado, ele tende a ficar mais alto em virtude do aumento significativa da população idosa e a queda da quantidade de pessoas economicamente ativa. O gráfico abaixo mostra a evolução da razão de dependência e sua projeção para os próximos anos, evidenciando esse fenômeno.

Gráfico 5 – Razão de dependência por tipo de população. Brasil, 1960-2060.



Fonte: IBGE, Censo e projeções populacionais.

Por volta de 2040 a natalidade, antes em queda, estabiliza-se, e deixa a população juvenil em um patamar próximo de 20 milhões de indivíduos. Esse fator, aliado a quedas nas taxas de mortalidade, estabilizam a população em idade ativa, PIA, em torno dos 60 milhões de indivíduos. Já os idosos não demonstram sinais de estabilização até pelo menos 2060, atingindo nessa década números superiores a 45 milhões de indivíduos. A soma da população juvenil aos idosos, ambos sustentados pela População em Idade Ativa, atinge em 2060 números superiores a 65 milhões de indivíduos, e superam a PIA ainda na década de 2050.

Esses dados se mostram ainda mais alarmantes ao verificarmos que os gastos com a população idosa, principalmente relativos a manutenção da renda via aposentadoria, estão atrelados a rígida legislação garantista, e, assim, por escassez de recursos, podemos esperar uma tendência de forte desinvestimento na população jovem, criando um ciclo vicioso com a tendência de criação de uma nova geração menor, menos produtiva, e obrigada a sustentar uma geração de idosos com vastos direitos ao produto do país.

Considerações Finais

É evidente a evolução nos gastos previdenciários e, considerando o envelhecimento da população, a previdência social fica insustentável, no médio prazo, e prevendo um cenário calamitoso no longo prazo, caso de não ação estatal.

Nota-se que a relação entre desenvolvimento e mudanças nas taxas de natalidade e mortalidade não é linear, uma vez que, mesmo não desenvolvido, o Brasil apresenta taxas semelhantes aos países que já se desenvolveram, o que denota a transição demográfica ter uma forte ligação com a evolução cultural da população. Esse descasamento entre fatores

econômicos e demográficos levou a crise ao nível demonstrado. Apesar disso, é importante observar que a experiência brasileira não é homogênea em todo o território nacional. Enquanto as Regiões Sul e Sudeste já estão em estágios mais avançados da transição demográfica, os estados da Região Norte e Nordeste ainda apresentarão com altas taxas de fecundidade, tendo por um prazo maior bônus demográfico, fator que dificulta ainda mais uma reforma nacional unificada.

Há uma clara vantagem quando o país está na janela demográfica com taxas de natalidade superiores à mortalidade. A mão-de-obra abundante e a pouca necessidade de recursos para dispor a população idosa, que em geral necessita de mais amparo e cuidados sociais. Contudo, com dificuldades orçamentárias do Estado, serviços públicos de baixa qualidade mesmo com uma alta carga tributária e alta informalidade no mercado de trabalho, em função, em boa parte, dos encargos trabalhistas existentes, há de se questionar como o Brasil utilizou o período de bônus demográfico que se encerra.

O país, ao se encaminhar para uma etapa posterior a transição demográfica, também conhecida como pirâmide invertida pelo formato da sua pirâmide etária, verifica que o rápido envelhecimento da população brasileira aumentará as demandas por saúde, assistência social e previdência, retirando esses recursos das gerações mais jovens, em formação, e por isso com forte necessidade capital. Essa tendência de desinvestimento nas novas gerações pode agravar a precarização da, já estagnada, produtividade do trabalho. Assim, o cenário aponta para um ciclo vicioso de baixa produtividade, população em idade ativa decrescente, e ampla população idosa. A solução para sair desse ciclo é mais complexa que um simples déficit previdenciário.

Dessa forma, apesar da recém aprovada reforma ser essencial para a sustentabilidade das contas públicas nas próximas décadas, a probabilidade dessa se demonstrar insuficiente no médio prazo é real, bem como a necessidade de um novo processo reformador.

Referências

- [1] BARBOSA FILHO, FH, OTTONI, B. Previdência: Números, Simulação, Fatos e Custos, FGV, Rio de Janeiro, 20/02/2017.
- [2] IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; disponível em <http://www.ibge.gov.br>.
- [3] SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA. Resultado do Regime Geral de Previdência Social – RGPS 2017, Brasília, Janeiro de 2018.
- [4] TAFNER, P. BOTELHO, C. ERBISTI, R. Transição demográfica e o impacto fiscal na previdência brasileira. In: Camarano, AA (org). Novo Regime Demográfico, Rio de Janeiro, Ipea, 2014.
- [5] UM/DESA. World Population Prospect, 2017 Revision.
- [6] VASCONCELOS, A. M. NOGALES. Transição Demográfica: Uma Experiência Brasileira. Universidade de Brasília, 2015.
- [7] WONG, L, CARVALHO, J. A. M. Demographic bonuses and challenges of the age structural transition in Brazil. Paper presented at the XXV IUSSP General Population Conference. Tours, France, 18-23 July 2005.